



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

**A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA
REGULAR**

ANA LÚCIA ALVES DE SOUZA

**JOÃO PESSOA-PB
2014**

ANA LÚCIA ALVES DE SOUZA

**A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA
REGULAR**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, convênio da Escola de Serviços Públicos do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

**Orientadora: Dr^a. Monica de Lourdes
Neves Santana**

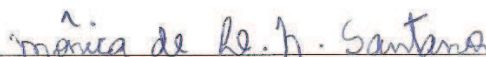
**JOÃO PESSOA-PB
2014**

ANA LÚCIA ALVES DE SOUZA

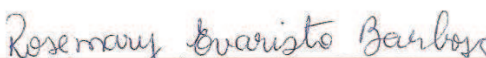
**A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA
REGULAR**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, convênio da Escola de Serviços Públicos do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.


Aprovado em ____/____/____



Professora Dr^a. Monica de Lourdes Neves Santana
Orientadora



Professora Dr^a. Rosemary Evaristo Barbosa (UEPB)
Examinadora



Professora Dr^a. Eneida Dornellas de Carvalho (UEPB)
Examinadora

**JOÃO PESSOA-PB
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S731i Souza, Ana Lúcia Alves de
A inclusão da pessoa com deficiência na escola regular
[manuscrito] : / Ana Lúcia Alves de Souza. - 2014.
37 p.

Digitado.
Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual
da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à
Distância, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Mônica de Lourdes Neves Santana,
Departamento de Educação".

1. Inclusão. 2. Escola. 3. Deficiência. I. Título.

21. ed. CDD 371.9

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos, Elinaldo, Reginaldo e Eduardo, com muito amor, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me proporcionado a existência e me iluminar pelos caminhos da vida.

Aos meus pais, Naires Alves da Silva e João Alves da Silva, pelo apoio que me deram para realização desse curso.

A professora Dr^a. Monica, pelos ensinamentos e por ter se disposto a me orientar nesse trabalho.

Aos professores da banca examinadora, por terem aceitado o convite de participar de um momento tão especial da minha vida.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

RESUMO

Neste estudo propõe-se uma reflexão sobre a política de inclusão de pessoas com deficiências inseridas na escola regular, com o propósito de identificarmos e analisarmos políticas públicas inclusivas de escolas da rede pública municipal e ver como essa educação vem acontecendo e se ela realmente está preparada para incluir a todos. Além deste levantamento bibliográfico sobre o tema, optou-se pela aplicação de questionários, cuja realização se deu em quatro escolas da rede pública de ensino, sendo três escolas da cidade de Cabedelo e uma escola da cidade de Lucena. Nestas escolas questionamos professores, diretores, supervisores, funcionários e pais de crianças com deficiência, para compreender os desafios enfrentados na construção de uma escola efetivamente inclusiva. Com os dados coletados submetemo-los a uma análise de natureza qualitativa e os resultados apontaram para o fato de que, embora haja muitas leis voltadas para o processo de inclusão e muitas informações sobre o assunto, no cotidiano das escolas esta realidade ainda não se concretizou plenamente.

Palavras-chave: Inclusão, Escola. Deficiência.

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 – Instituições Especializadas	14
---	-----------

LISTA DE SIGLAS

CONADE	Conselho Nacional dos Direito das Pessoas Portadoras de Deficiência
FEBEC	Federação Brasileira de Entidades de Cegos
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBC	Instituto Brasileiro dos Cegos
ISM	Instituto dos Surdos Mudos
LDBM	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MORHAM	Movimento de Reintegração dos Honsenianos
ONEDEF	Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos
ONG's	Organizações Não Governamentais
OGS	Organizações Governamentais
SEEC	Secretaria de Estado da Educação e da Cultura
SEESP	Secretaria de Educação Especial

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	08
II. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS NO BRASIL	10
2.1. O Brasil no século XVI ao XIX e a pessoa com deficiência	11
2.2. As primeiras conquistas na busca pelo cumprimento das políticas públicas de inclusão	12
2.3. Declaração de Salamanca (1994): garantias e direitos para as pessoas com deficiência no acesso ao ensino público brasileiro	15
III. O PROCESSO DE INCLUSÃO NA ESCOLA REGULAR	17
3.1. A família e o processo de inclusão na escola regular	19
3.2. O papel da escola e do professor na escola inclusiva	21
3.3. O processo de inclusão e seus conflitos na escola	22
IV. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
V. CAMPO DE INVESTIGAÇÃO	26
5.1. Análise dos dados	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	34
APÊNDICE	36

2.2. AS PRIMEIRAS CONQUISTAS NA BUSCA PELO CUMPRIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO.....	16
2.3. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA (1994): GARANTIAS E DIREITOS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ACESSO AO ENSINO PÚBLICO BRASILEIRO.....	19
<hr/>	
3.1. A FAMÍLIA E O PROCESSO DE INCLUSÃO.....	22
3.2. O PAPEL DA ESCOLA E DO PROFESSOR NA ESCOLA INCLUSIVA.....	25
3.3. O PROCESSO DE INCLUSÃO E SEUS CONFLITOS NA ESCOLA.....	26
<hr/>	
IV. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	29
<hr/>	
<small>O estudo propõe um reflexão sobre a política inclusiva de estudantes com deficiência inseridos na escola regular, com o propósito de identificar com essa educação os acontecimentos e se eles são propostos para incluir a todos.....</small>	<small>29</small>
<small>No primeiro momento ocorreu a contextualização histórica das políticas inclusivas no Brasil e um levantamento bibliográfico referente às políticas públicas inclusivas que existem e não em qualquer de ensino.....</small>	<small>30</small>
<small>O estudo utilizou como descritivo e exploratório. Enquanto descritivo Duarte (2002) aponta que “é investigação aberta”, [...] descreve as características de uma população, de um fenômeno ou de uma experiência.” Nesse sentido, estabelece hipóteses sobre as variáveis do objeto de estudo analisado. A menos, autoriza essa como definição a pesquisa de caráter exploratório, como o próprio nome sugere, ocorre uma sondagem, com vistas a explorar ideias, descobrir relações e parâmetros, levantar hipóteses.....</small>	<small>30</small>
<small>O documento que se irá analisar na terceira parte trata-se de um questionário contendo cinco perguntas semi-estruturadas, que serão aplicadas a professores-públicos de algumas turmas, em algumas das escolas e membros da Turma, no geral, pois os responsáveis responder e problemática que surgiu neste estudo e compreender os desafios enfrentados na construção de uma escola efetivamente inclusiva.....</small>	<small>30</small>
<small>27.....</small>	<small>30</small>
<hr/>	
V. CAMPO DE INVESTIGAÇÃO.....	30
<hr/>	
5.1. ANÁLISE DOS DADOS.....	32
<hr/>	
<small>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</small>	<small>36</small>
<small>36.....</small>	<small>36</small>
<small>REFERÊNCIAS.....</small>	<small>38</small>

I. INTRODUÇÃO

Os direitos da pessoa com deficiência são direitos humanos. Essas pessoas são titulares de todo o conjunto de direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais consagrados na Carta Internacional de Direitos Humanos (1948), em igualdade com todas as outras pessoas. No entanto, embora estejamos distante dos anos 40 do século passado, pouca coisa mudou na realidade.

Em todas as sociedades do mundo, incluindo países com nível de vida relativamente elevado, 600 milhões de crianças, mulheres e homens continuam a enfrentar práticas e obstáculos discriminatórios, que os impedem de exercer os seus direitos e as suas liberdades, tornando mais difíceis a plena participação na vida da sociedade em que estão inseridos (MITTLER, 2003).

Os mitos e estereótipos construídos nesse longo período ainda se refletem na cultura de cada povo, pois para a sociedade o reflexo da concepção de que ser normal é ser perfeito. Em razão disto, a situação das pessoas com deficiência fica marcada pela condição de exclusão e não aceitação social.

Neste estudo, defendemos que este entendimento é algo construído historicamente e tem elementos culturais, sociais e econômicos que interferem diretamente nas relações entre os grupos. Assim, os mais fortes submetem os mais fracos ao seu domínio e delimitam os espaços de ocupação entre distintos grupos.

Ainda analisa como as políticas públicas precisam ser vistas respeitando as necessidades dos alunos com deficiência matriculados na escola regular, por estes possuírem direitos e conviverem juntamente com alunos que não possuem deficiência e para isso precisam partilhar das mesmas oportunidades, sendo respeitados na sua singularidade.

Na primeira parte, apresentamos a situação no Brasil, seus avanços e dificuldades. Na segunda parte, analisamos a situação da pessoa com deficiência a partir do modelo inclusivo, tendo como foco de investigação, as escolas regulares. Acrescentamos nesta análise uma pesquisa de campo, realizada em quatro escolas da rede pública, sendo três da cidade de Cabedelo e uma da cidade de Lucena. Submetemos os dados a uma análise qualitativa para obter os resultados.

Ao final deste trabalho, percebemos que as escolas ainda precisam de uma profunda mudança de mentalidade de valores em relação à proposta inclusiva, pois a idéia de inclusão

9

deve partir de um principio de que todos são diferentes e propõe à escola o desafio de colocar em práticas objetivos, conteúdos, sistemas de ensino e de avaliações assumindo essa diversidade e procurando incluir todos no projeto educativo da comunidade. Pois é preciso acreditar no potencial de cada pessoa com deficiência, pois elas são capazes de atingir seus objetivos, no entanto, a muito por fazer se desejamos uma sociedade inclusiva.

II. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS NO BRASIL

O direito à educação foi ao longo dos anos negado às classes mais pobres da população brasileira. Ela foi moldada segundo as necessidades e interesses da elite colonial. O elitismo educacional jesuítico visava a formação do povo de acordo com o modelo educacional europeu. Desse modo observa-se que a estrutura latifundiária, que se desenvolveu no país produziu desigualdades que se acumulam até hoje.

No final do século XVIII e começo do XIX, surge no Brasil alguns movimentos movidos por ideais liberais e pessoas sensibilizadas com a situação de crianças que passaram a reivindicar a educação como um direito. Nos movimentos destacaram-se a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1789) e a Revolução Pernambucana (1817), que reuniam numa mesma luta uma série de profissionais: médicos, advogados, professores, junto com alfaiates, soldados etc. e foram acentuando a partir da independência.

Tais movimentos ainda lutaram pela abolição de algumas instituições coloniais, criticaram o dogmatismo e o poder autocrático, e após a interferência do Estado na economia,

defenderam a liberdade de expressão e a propriedade privada (VIOTTI DA COSTA, 1979, p. 18).

Na educação, essa elite estava preocupada em concretizar as suas aspirações, que em parte correspondia as das camadas médias escassas, mas ocuparia os postos da burocracia estatal. Assim, a educação primária fundamental ao desenvolvimento das camadas sociais mais necessitadas, foi discutida na assembleia constituinte, mas foi relegada ao esquecimento.

Desse modo, o Brasil apresenta no censo de 1870 um índice de 78% de analfabetos no país, nos grupos de 15 anos e mais. Daí, vamos ter, em 1788, 15.561 escolas primárias com 175 mil alunos, em 9 milhões de habitantes. Portanto, apenas cerca de 2% da população era escolarizada. Das 15.561 escolas, 211 estavam localizadas no Rio de Janeiro: 95 públicas e 116 particulares com 12 mil alunos numa população de 400 mil alunos, sendo 70 mil escravos, logo, somente, 5% da população livre era escolarizada (HOLANDA, 1976, p. 382).

Na verdade o ideal dos grupos envolvidos nesses movimentos era de favorecer seus interesses econômicos, pois as discussões que envolviam a escola fundamental sempre ficavam relegadas ao esquecimento, pois não havia necessidade de qualificação da força de trabalho imigrante pela escola, por ela já vir qualificada para o tipo de tarefa que a esperava.

11

Essa situação ocorria mesmo que a Constituição de 1824 promettesse instrução primária gratuita a todos os cidadãos, a pouco foi feito por ela. Em 15 de outubro de 1827, foi decretada a orgânica do Ensino Primário, uma das últimas a serem legisladas no conjunto de reformas da educação, que propunha escola de primeiras letras, legislava de maneira sofisticada para a época. A mesma propunha o ensino de leitura, escrita e contas, supunha a prática de quebrados, decimais e promoções, noções gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, e os princípios da moral e da doutrina da religião católica (XAVIER, 1980, p. 41-42).

A proposta metodológica prevista na lei era que fosse usado o Lancaster-Bell, o ensino de alunos mais adiantados para os mais atrasados. Desse modo, nota-se a fragilidade do método, que segundo relatórios apresentados pelos ministros nas discussões da Assembleia, as dificuldades de encontrar professores que dominassem os conteúdos da proposta curricular da Escola de Primeiras Letras. Diante das dificuldades de efetivação da escola primária, a educação da pessoa com deficiência também encontrava pouca manifestação no país.

Desse modo, os benefícios em favor das pessoas deficientes, vão sendo conquistados através da sensibilidade de algumas pessoas influentes na sociedade e as famílias das pessoas

envolvidas. Provavelmente o atendimento da pessoa com deficiência, surgiu, inicialmente através das câmaras municipais ou das confrarias particulares, ou nas casas de expostos ou asilos para desvalidos (SOUZA, 1992, p. 29).

2.1. O Brasil no século XVI ao XIX e a pessoa com deficiência

Neste sentido destacaram-se as Santas Casas de Misericórdia, que surgiram no Brasil desde o século XVI em Santos (1543), Salvador (1549), Rio de Janeiro (1552), Espírito Santo (provavelmente 1554), São Paulo (provavelmente 1599), Olinda e Ilhéus (1560), Porto Seguro (também, em fins do século XVI), Sergipe e Paraíba (1604), Itamaracá (1611), Belém (1619), Iguaçu (1629) e Maranhão (data incerta, primeira referência do Padre Vieira em 1653). Essas Santas Casas, a princípio só distribuíam esmolas aos pobres, dotes às órfãs e oferecia local para sepultamento mediante pagamento (MESGRAVIS, 1976, p. 38).

Em 1717, foi construído em São Paulo um hospital que intensificou o acolhimento de crianças abandonadas até a idade de 7 anos. Não se sabe como era feito o atendimento a essas crianças órfãs. Supõe-se que muitas dessas crianças traziam anomalias, defeitos físicos ou mentais, pois as crônicas da época revelavam que eram encontradas crianças abandonadas em lugares assediados por bichos, que muitas vezes mutilavam ou matavam ou eram mortas de fome, sede e frio (MARCÍLIO, 1997, p. 59).

Em meados do século XIX, algumas províncias incumbiram as religiosas para a administração e educação dessas crianças. Assim havia a possibilidade, dessas crianças receberem além dos cuidados oferecidos pela Santa Casa, alguma educação formal. As crianças após os 7 anos de idade eram encaminhadas para seminários. As meninas permaneciam no seminário até se casarem e os meninos até obterem uma profissão.

Supõe-se que crianças que apresentavam alguma deficiência recebiam o mesmo encaminhamento, enquanto outras mais prejudicadas permaneciam com adultos nos locais que as Santas Casas mantinham para doentes e alienados.

A preocupação com as doenças mentais nesse período era pouca, pois segundo o costume da época era que os casos de loucura ficavam na responsabilidade da polícia. Nesse sentido havia poucos lugares para recolhimento de pessoas loucas, os mesmos eram recolhidos em cadeias. Em 1893, o poder legislativo autorizou a abertura de um asilo para alienados, próximo à estação de Juquery (São Paulo). Existia então um hospício na capital, superlotado e sem condições higiênicas (MESGRAVIS, 1976, p. 33-34).

Em 1835, o deputado Cornélio França apresenta um projeto, propondo a criação do cargo de professores de primeiras letras para o ensino de surdos-mudos, porém esse projeto é arquivado, sendo necessários 22 anos para que se iniciasse atendimento nesse sentido.

Com o incentivo de algumas pessoas da elite que tiveram sua formação intelectual na França, e trazendo suas ideias para o Brasil foi possível algumas conquistas na educação, efetuadas no Rio de Janeiro. Em vista da descentralização do ato adicional de 1834, foi criada a Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária, para fiscalizar e orientar o ensino público e particular (1854) e para o estabelecimento de normas para o exercício da liberdade de ensino de um sistema de preparação de professores primários (1854) (RIBEIRO, 2000, p. 54).

2.2. As primeiras conquistas na busca pelo cumprimento das políticas públicas de inclusão

Em relação à educação da pessoa com deficiência foi criado o Imperial Instituto de Meninos Cegos, pelo decreto nº 1.428 de 12 de setembro de 1854, (CHAIA, 1963, p. 148;

13

LEMOS, 1981,p.13), e alguns anos depois o Instituto dos Surdos Mudos (ISM), ambos sob a manutenção e administração do poder central.

O Instituto destinava-se ao ensino primário e alguns ramos do secundário, ensino religioso, de música ofício fabril e trabalhos manuais. O regime era de internato. O IBC dava a seus alunos a possibilidade de serem repetidores, e após o exercício de dois anos nessa função, o direito de trabalharem como professores da instituição (ARAÚJO, 1993, p. 17).

Segundo relatório de 22 de julho de 1872 mencionava o lento desenvolvimento escolar dessas pessoas, pois o mesmo afirmava que dos 16 alunos matriculados no Instituto, mais de 81% tornaram-se ali professores, dos 64 matriculados até aquela data 18 anos de fundação, apenas 16 haviam concluído os estudos, 22 faleceram, seis saíram por incapacidade de instrução em consequência de graves moléstias físicas e mentais e dois foram expulsos por péssima conduta (ARAÚJO, 1993, p. 17-18).

A educação de pessoas com deficiência não era percebida pelo governo central, ficando na responsabilidade das províncias. Assim, foi fadada ao esquecimento, juntamente com a educação primária que foi relegada a mínimos recursos provinciais. No término do império o Brasil apresentava um acentuado contraste entre pobres e ricos. No campo a população rural era predominantemente analfabeta. Calcula-se que nesse período cerca de

70% da população economicamente ativa estava empregado no campo, homens, mulheres e crianças com as mãos calejadas pelo cabo da enxada, viviam num mundo de miséria e sofrimento. Uma população carente de terra, saúde e educação, chamada de caipira, que não podia consumir o que produzia e não gozava de nenhum benefício social (MOTA, 2005, p. 10).

Com a proclamação da República, a Constituição de 1881, adota o federalismo, que deixa cada Estado brasileiro independente, dando autoridade para elaborar suas próprias leis, deixando a responsabilidade do governo pela escola pública de lado. Esse fato passa por algumas mudanças com os acontecimentos da primeira guerra mundial (1914-1918), o governo federal se envolve na educação primária, fecha algumas escolas de línguas estrangeiras e, em 1918, dá ajuda financeira para reorganizar essas escolas para pessoas com deficiência, através de diversos profissionais como médicos, psicólogos, professores que vão criando um campo de reflexão a procura de um espaço para efetuar sua ação pedagógica, desenvolvendo ações que venham minimizar as dificuldades das pessoas com deficiência e da família.

TABELA 1 – Instituições Especializadas

1874/1889	15 anos	2 instituições para doentes mentais 6 instituições para outros (visão / ou audição / ou múltiplo)
1889/1920	31 anos	7 instituições para doentes mentais 8 instituições para outros
1920/1929	9 anos	7 instituições para doentes mentais 6 instituições para outros

Fonte: criada pela autora a partir de dados do MEC/SG/CENESP/SEEP, 1975.

Nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Amazonas e Rio Grande do Sul, Minas Gerais, no final do período, em 1929, abriu uma instituição anexa à Escola de Aperfeiçoamento, já contando com atendimento para deficientes auditivos desde 1927 (MEC, 1975). Antes, o atendimento destinado a esses casos era feito em instituições psiquiátricas, misturados com adultos qualificados como loucos (ALVIM, 1967, p. 58).

A influência da medicina nas propostas educacionais para pessoas com deficiência tiveram grande significância. Foi possível desenvolver uma parceria entre a pedagogia e a psiquiatria, pois, ambas trabalhavam em busca de obter soluções viáveis para as diversas

deficiências. Foi criada instituições escolares ligadas a hospitais psiquiátricos, congregando crianças bem comprometidas em seu quadro geral que estavam segregadas socialmente junto com adultos com doenças mentais.

Em 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a lei nº 4.024/61, colocou a educação de excepcionais com o título (X) com dois artigos (88 e 89), destacando da educação de grau primária (TÍTULO VI). Assim, legalmente se afirma a peculiaridade dessa educação.

Art. 88 – A educação dos excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral da Educação a fim de integrá-los na sociedade.

Art. 89 – Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos Conselhos Estaduais de Educação, e relativa à educação de excepcionais receberá tratamento especial mediante bolsa de estudo, empréstimos e subvenções.

A partir dos anos 1960 até 1974, percebe-se o sistema educacional se modificando e se ampliando para atender uma minoria, ainda que as mudanças tenham tido um caráter reformista e não revolucionário. As políticas educacionais que vão surgindo envolve sistema governamental que sempre vão apresentando normas e mudanças para os casos de escolas para os diferentes. E vai surgir a pré-escola, modelo adquirido dos Estados Unidos, que

15

introduz a pré-escola a crianças negras que estavam nos guetos e tinham dificuldades para ingressar no sistema de ensino.

Várias propostas vão surgindo e na década de 1960, os cientistas sem perceber vão intensificando e fortalecendo o movimento de uma sociedade que viria a ser chamada de inclusiva, ao iniciarem a discussão acerca das diferenças entre doença mental e deficiência intelectual, assim nos anos 70 essa distinção ganhou status e muitas pessoas com deficiência intelectual puderam, então, deixar os hospitais psiquiátricos.

Já na década de 80, o movimento pela inclusão ainda sem ter essa denominação e essa consciência, começou a se fortalecer em diversos pontos do mundo, como a Europa, Canadá, os Estados Unidos. Esse movimento manteve-se sempre ao lado da educação, e também atendia a necessidade de profissionais de várias áreas, da psicologia, a reabilitação, passando pelos especialistas na colocação de adultos com deficiência no mercado de trabalho. Era uma mobilização mais ampla do que se supunha na época.

O movimento crescia ganhando novos adeptos em progressão geométrica, com vários fatores dentre eles, o desdobramento de um fenômeno pós segunda guerra mundial. Os feridos de guerra se tornaram pessoas com deficiência que, reabilitados, voltavam a produzir.

Ao redor deles foi surgindo uma legião multidisciplinar de defensores de seus direitos, e o mundo começou a acreditar na capacidade das pessoas com deficiência.

2.3. Declaração de Salamanca (1994): garantias e direitos para as pessoas com deficiência no acesso ao ensino público brasileiro

Na década de 90, houve um movimento de escola para todos, com milhares de membros nos Estados Unidos e em outros países, com o único propósito promover a inclusão. Assim, vários documentos se sucederam, sendo o mais famoso deles a Declaração de Salamanca, assinada em 1994. Foi essa declaração que oficializou o termo inclusão no campo da educação. A Declaração de Salamanca reafirmou o direito de todas as pessoas à educação.

Para a realização da Política Nacional de Educação Especial foi discutida com representantes de organizações governamentais (OGS) e não governamentais (ONG's) cujos trabalhos abrangem a questão da deficiência, os problemas de conduta e as altas habilidades.

Os conteúdos que norteiam esta política estão fundamentados na **Constituição Federal de 1988**, na **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN**; Lei nº 9394/96 – **LDBN – Educação Especial**; Lei nº 8069/90 – **Estatuto da Criança e do**

16

Adolescente; Lei nº 8859/94 – **Estágio**; Lei nº 10.098/94 – **Acessibilidade**; Lei nº 10.436/02 – **Libras**; Lei nº 7.853/89 **CORDE – Apoio as pessoas portadoras de deficiência**; Lei nº 8899, de 22 de junho de 1994 – **Passe Livre**; Lei nº 9424 de 24 de dezembro de 1996 – **FUNDEF**; Lei nº 10845 de 05 de março de 2004 – **Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado as Pessoas Portadoras de Deficiência**, **CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência**; Lei 12.190 de 2010.

Essas são algumas das ações governamentais de valorização a pessoa como cidadã, respeitando suas características e especificidades.

III. O PROCESSO DE INCLUSÃO NA ESCOLA REGULAR

De acordo com a Constituição brasileira a educação é direito de todos e deve ser garantida dentro do sistema. Este direito está posto desde a Constituição de 1824, época do Brasil Império. Do mesmo modo as constituições de 1934, 1937 e 1946, garantiram a todos o direito à educação.

Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, afirma o princípio da não discriminação e proclama o direito de toda pessoa a educação.

Também ficou aprovada em 21 de abril de 1959, a Assembleia Geral das Nações Unidas que aprovou a Declaração dos Direitos da Criança, assegurando, no seu princípio 7º, o direito à educação gratuita e obrigatória ao menos em nível elementar. Nesta perspectiva, vários países do mundo inteiro realizaram esforços para assegurar a todos o direito à educação.

As constituições de 1967 e 1969 também levaram em consideração os princípios da Declaração Universal dos Direitos do homem e da Declaração dos Direitos da Criança. O atual texto da constitucional de 1988 consagra no seu art. 205, a educação como direito de todos e dever do Estado e Família.

Ainda no art. 206 destacam-se princípios democráticos cujo objetivo é nortear a educação tais como a igualdade de condições, não só para o acesso mas também para a permanência na escola. Assim as linhas mestras que foram estabelecidas pela Constituição de 1988 foram regulamentadas em seus mínimos detalhes pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96.

A preocupação com uma escola que possibilitasse o acesso à todos ocorreu com mais intensidade entre a promulgação da nova lei de Educação Nacional e a nova Constituição brasileira de 1988. Nesse propósito aconteceu em Salamanca, na Espanha entre 7 e 10 de junho de 1994 a Conferência Mundial sobre necessidades educativas especiais que reuniu delegados de 92 países e 25 organizações internacionais. Essa conferência teve como objetivo promover a educação para todos, analisando as mudanças fundamentais de políticas necessárias para favorecer o enfoque da educação integrada, capacitando as escolas a atenderem a todas as crianças sobretudo às que têm necessidade educativas especiais.

18

Nessa conferência foi aprovada a Declaração de Salamanca, cujos princípios norteadores são: o conhecimento das diferenças, o atendimento as necessidades de cada um, a promoção à aprendizagem, o reconhecimento da importância de “Escola para todos” e a formação de professores.

Diante de tais conquistas, em busca de promover a igualdade de direitos e o atendimento a diversidade foi inserida na Rede Regular de Ensino a Inclusão Escolar: conjunto de política, públicas ou particulares que buscam levar a escolarização a todos os segmentos humanos da sociedade.

Dessa forma desde 20 de dezembro de 1996, com a lei nº 9.394/96 LDB no capítulo V – da Educação Especial, se constrói um novo olhar para a Educação especial, viabilizando uma prática inclusiva, que enfatiza, no art. 58, que a Educação Especial pode ser entendida, para efeitos desta lei como modalidade de Educação escolar oferecida preferencialmente na Rede Regular de Ensino para o educando portador de necessidades especiais.

Esses documentos asseguram ao portador de necessidades especiais pleno direito de usufruir da Escola Regular de Ensino como todo e qualquer cidadão, com plena garantia do seu direito.

O art. 59 complementa esse direito das pessoas com necessidades especiais:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:
I- Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender as suas necessidades (BRASIL, 1996).

Para atender todos os requisitos exigidos pela lei a escola deve passar por adaptações como um todo, pois o objetivo geral é que esteja inserido neste processo todas as modalidades de ensino, Educação Infantil, Educação Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior (LDB 9.394.).

Assim currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organização específica para atender as necessidades da diversidade. Tais adaptações estão respaldadas pela lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Cap. V, Art. 59).

Nessa perspectiva é que a rede regular de ensino tem se empenhado na universalização do acesso à educação básica. Porém um dos desafios enfrentados é possibilitar que alunos com necessidades especiais tenham possibilidades de aprendizagens. Para isso no Brasil foram feitas várias reformas, no objetivo de oferecer uma escola inclusiva principalmente na educação básica, a partir de movimentos e políticas internacionais

19

direcionadas para a ampliação do acesso a escola fundamental dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento (Educação para todos).

A educação inclusiva não se esgota na observância da lei, que a reconhece e garante, mas requer uma mudança de postura, de percepção e de concepção dos sistemas educacionais. Dentro dessa concepção, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), vem sensibilizando prefeitos e secretários de educação dos municípios para que insiram crianças com necessidades especiais na escola com atendimento nas classes comum do Ensino Regular. A proposta inclusiva exige uma escola que não tenha medo de arriscar, apresente coragem suficiente para criar, questionar em busca de recursos inovadores a nova realidade. (WERNECK,1997).

3.1. A Família e o processo de Inclusão

Segundo Koloustian (1988, p. 37) a família é o lugar indispensável para garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos, é nela que será norteada os princípios morais para construção do caráter, e ações de afetividade entre o meio familiar.

As relações afetivas geradas através da educação familiar possibilitam o desenvolvimento da criança na fase adulta, desse modo é que deve-se ressaltar a importância do apoio da família no movimento de inclusão escolar, seja de forma individualizada ou por meio de organização se faz necessário pois o dever da família com o processo de escolaridade e a presença no contexto escolar é publicamente reconhecido na legislação nacional e nas diretrizes do Ministério da Educação. Portanto à Lei nº 9.394/96 prevê:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Encontra-se também em documento internacional como a Declaração de Salamanca, documento inspirado em muitas políticas educacionais, da maioria dos países, possui quatro artigos (artigos 59 a 62), relativos a interação com os pais no processo educacional de inclusão.

20

Os artigos 60 e 61, dizem que os pais são os principais associados no tocante às necessidades educativas especiais de seus filhos, a elas devem competir na medida do possível, a escolha do tipo de Educação que deseja que seja dada a seus filhos (Declaração de Salamanca, art. 60, p. 43).

A participação da família no processo de inclusão escolar é indispensável para construir-se pessoas participantes da sociedade. Porém é importante que os pais estejam preparados para agir em meio às situações. Desse modo é necessário o apoio de profissionais que venham orientar e esclarecer aos pais sobre as capacidades dos seus filhos, pois diante da condição da criança os pais desenvolvem uma atitude de super proteção e muitas vezes dificultam a autonomia e a independência que a criança venha conquistar. De acordo com Pereira, não se deve subestimar as possibilidades nem as dificuldades, as pessoas deficientes têm o direito de tomar suas próprias decisões e podem querer assumir a responsabilidade por suas escolhas (PEREIRA, 1995).

A família deve acompanhar o desenvolvimento do seu filho de forma mais natural possível, apoiando e fortalecendo suas ações, pois o grande nível de integração das pessoas deficientes vai depender do apoio da família. A parceria escola e família tem mostrado resultados significantes na vida das crianças, acompanhamento dos pais no dia-a-dia da vida escolar demonstra um rendimento tanto qualitativo quanto quantitativo mais favorável.

É reconhecido que a luta dos pais pela integração dos seus filhos com necessidades especiais, em diversos segmentos da sociedade, não é recente, pois no Brasil as organizações não governamentais (ONGs) criadas na maioria pelos pais, têm desempenhado um importante papel histórico. As organizações em parceria com o poder público governamental, têm oferecido o atendimento necessário em educação, saúde e trabalho com ações que venham tornar a vida dos envolvidos mais natural na sociedade. Desse modo a parceria escola e família deve se desenvolver através de relações de cooperação e apoio entre administradores das escolas, professores, técnicos e professores fazendo com que todos participem na tomada de decisões no que envolve o processo de ensino aprendizagem e ações que virão beneficiar a criança.

21

É preciso salientar que as conquistas em relação a vida das pessoas com deficiência se deu em maior proporção através da luta dos próprios deficientes e seus familiares, procurando participar de discussões em torno dos seus problemas.

Pois, segundo Januzzi (2004), esse movimento teve início em 1950 e em 1954, foi fundado o Conselho Brasileiro para Bem-Estar dos Cegos, procedendo assim à organização das federações das entidades filantrópicas, porquanto as APAEs, fundada em 1954, só em 1962 tiveram sua federação nacional, as Sociedades Pestalozzi ficaram federadas em 1970, embora organizadas desde 1934, e a Federação Brasileira de Instituições de Excepcionais, em 1974.

Mas a partir de 1980, com a organização do ano Internacional das pessoas Deficientes, com cerca de mil participantes, incluindo cegos, surdos, deficientes físicos e hansenianos,

vindo de diversos estados. O lema principal era: “Participação Plena Igualdade”, com libertação da tutela do Estado (JANNUZZI, 2004).

Assim, compreende-se que a década de 1980 foi significativa para o movimento surgido em 1984 a Federação Brasileira de Entidades de Cegos (FEBEC), a Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF), a Federação Nacional de Educação de Surdos (FENEIS) e o Movimento de Reintegração dos Hansenianos (MORHAM). Em dezembro do mesmo ano foi fundado o Conselho Brasileiro de Entidades de Pessoas Deficientes (CORDEI/CVI, 1994, p. 12-13).

Desse modo é reconhecida a importância do apoio da família no processo de integração social e escolar dos seus familiares, as escolas devem oferecer esse apoio conscientizando que essa participação é imprescindível para a construção da cidadania e é servir como mais um veículo por meio do qual seus filhos possam aprender a ser.

3.2. O Papel da Escola e do Professor na Escola Inclusiva

A escola é parte de uma sociedade complexa, regulada por leis, e tem sido a legislação externa a escola que vem fornecendo garantias dos alunos em particular aqueles com deficiências, pois se entende que o padrão de escola que conhecemos se encontram

22

organizadas de modo não inclusivas, promovendo diferenciações entre disciplinas, entre professores e entre alunos.

Esse modelo educacional apenas coloca o aluno na sala de aula e mais nada provoca em termos de mudança no modo de pensar naqueles que participam de processo.

É necessário pensar, inventar e promover um currículo no qual a diferença seja considerada um ponto de partida para elaboração de proposta que contemplem as necessidades dos alunos.

Desse modo os planejamentos da ação educativa devem envolver todos os professores abrangidos na escola, para que todos possam opinar, discutir em todas as fases de elaboração, execução e avaliação. O professor deve ser parte integrante da equipe escolar, socializando sempre o seu saber específico junto aos outros profissionais da equipe, assim contribuirá para

a melhoria da qualidade do ensino oferecido na escola e possibilite envolvimento de toda a equipe em busca de alternativas que minimizem as diferenças entre os alunos com necessidades especiais e pós demais.

Na sala de aula o professor precisa estar preparado para atender turmas heterogêneas com uma diversidade de situações geradas por razões distintas seja por conflitos familiares que refletem na escola, pela posição social, atitudes de indisciplina, depredação do patrimônio, reprodução e produção de preconceitos, agressões físicas ou verbais que exige do professor atitudes determinantes, conduzindo os tipos de relacionamento estabelecido em grupo como dinamismo, atitudes igualitárias e positivas que levem as crianças a superar os desafios da aprendizagem e a interação com seus colegas de sala de aula.

O propósito do projeto inclusão escolar se pauta em ações de solidariedade, colaboração e compartilhamento do processo educativo com todas as pessoas envolvidas, desenvolvendo ações colaborativas de aceitação das diferenças sem preconceitos.

3.3. O PROCESSO DE INCLUSÃO E SEUS CONFLITOS NA ESCOLA

A escola, com a democratização do ensino tem se aberto para grupos sociais que antes não acolhia, mas ao mesmo tempo encontra dificuldade para abrir para os novos conhecimentos trazidos e demandados por estes até então desconhecidos (SANTIAGO,2003).

Estas dificuldades ocasionam episódios de exclusão das mais e perversas formas. Pois se sabe que a escola sendo um espaço privilegiados de aprendizagens, também é marcada

23

por diferentes relações e hierarquias seja econômica cultural, de gênero, étnico racial, a necessidade especial e outras.

Assim, entende-se que são os mais variados preconceitos que estão inseridos na sociedade e não estão longe do espaço escolar. É necessário que se estabeleça dentro da escola o reconhecimento do outro desfazendo as hierarquias e as classificações. Precisamos pensar a diferença como parte ativa da identidade das pessoas que por ela ou através dela na se tornem superiores e nem inferiores. Elas tornem-se apenas o que são.

Neste contexto se incluem os negros, os indígenas, as mulheres, os portadores de necessidades especiais, os homossexuais, os pobres e outros. Agindo assim seremos uma sociedade etnicamente plural, mas também preocupada em valorizar todas as culturas e os segmentos sociais excluídos, conscientizando-se que a escola, na sua função de socializar e de

formar cidadãos, deve ser, antes, uma instituição cidadã, favorecendo a formação de mentes livres, para atuarem em um mundo em constante modificação, uma escola propiciadora de uma educação baseada na constante argumentação, onde o desejo de mudar seja a força de agir e existir.

Com esse fim é que a Política Nacional de Educação Especial (MEC, 1994) na busca de alternativas que venham atender as diversas modalidades de Educação Especial, consegue instaurar a Educação Inclusiva, que é conceituada como um processo de educar conjuntamente e de maneira incondicional, nas classes de ensino regular, alunos ditos normais com alunos que apresentem necessidades educativas especiais e para que a integração desse alunado venha alcançar seus objetivos, a escola deve promover o desenvolvimento físico, afetivo, moral e social dos alunos e ao mesmo tempo facilitar-lhes a integração na sociedade como membros ativos.

Mas esse novo modelo que luta contra a não exclusão escolar através de ações igualitárias, não conseguia se libertar da segregação que é real e forte nas escolas brasileiras nota-se que com todas essas políticas, algumas escolas ainda não estão preparadas para conviver com a diversidade, pois sabemos que os portadores de necessidades especiais fazem parte das chamadas minorias excluídas da sociedade e vítimas de estruturas sociais excludentes e separatistas marcantes em nossa formação econômico-social que exige e cultua a produtividade, a eficiência e a competição.

Sob este aspecto, o indivíduo com deficiência é visto como improdutivo e por isso a preocupação em investir nessa população, pois os seus direitos trabalhistas estão garantidos na

24

Constituição Federal. A mesma constituição, no Artigo 7º, inciso XXXI proíbe qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do portador de necessidades especiais. Ainda é assegurado, segundo a Lei 8.112/90 (artigo 5º) o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas em concurso (PLANFOR, 1996).

Na esfera privada também se institui a obrigatoriedade de reserva de vagas para os mesmos. A Lei nº 8.213/91 fixa os seguintes:

A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) os seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitados na seguinte proporção: - até 200 empregados.....2%, - de 201 a 500

empregados.....3% e - de 501 a 1000.....4%” (BRASIL, 1991, s/p).

Mesmo com as leis em vigor e as pessoas demonstrando que com o trabalho adequado de valorização, treinamento e colocação elas são capazes de exercer sua cidadania estando integrada no trabalho ainda são vítimas de preconceitos.

O objetivo da inclusão é louvável e representa uma nova evolução social e educacional em busca dos direitos das pessoas com necessidades especiais, porém são colocados inúmeros questionamentos daqueles envolvidos no processo educacional como professores, técnicos e gestores, que ao discutir as questões que se envolve o processo de inclusão, julgam-se incapazes, impotentes e despreparados frente à realidade que é agravada por vários fatores como falta de apoio administrativo, falta de material didático adequado as necessidades, recursos financeiros e falta de acessibilidade pois em alguns municípios os prefeitos não se preocupam em adaptar as escolas para atender as necessidades. Daí uma escola que recebe um aluno cadeirante sem as mínimas condições para recebê-lo leva o professor a passar por diversas situações desagradáveis.

E, ainda há o questionamento vindo dos professores em relação a salários e gratificações, para atender a essas diferenças. Não é difícil diretores e técnicos ouvirem professores, rejeitarem turmas que nela estejam inseridos um aluno com necessidades educativas especiais.

As dificuldades da educação brasileira não estão só na inclusão, são diversos fatores que são vistos como entraves; é necessário que os cursos de formação de professores se preocupem em priorizar essa situação em seus currículos, os municípios intensifiquem

25

cursos de capacitação para os professores relacionado às diferenças pois, para se trabalhar com a diversidade os professores precisam estar preparados e conhecerem as categorias das deficiências.

Algumas necessidades especiais precisam de apoio de professores especializados. Desse modo a escola vem fazendo adequações necessárias e conta com os serviços de língua de sinais, com professor de português como segunda língua e de profissionais de saúde como fonoaudiólogos, salas de recursos especializadas e cuidadores que auxiliam professores na sala regular. Em caso de pessoas com deficiência visual a escola deve providenciar para o aluno, após sua matrícula, o material adequado para que o mesmo desenvolva atividades que

o levem a uma vida autônoma e social. A educação inclusiva é um direito. O não cumprimento dessa lei deve ser denunciado às autoridades.

IV. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa desenvolvida em escolas públicas do município de Cabedelo e Lucena.

Este estudo propõe um reflexão sobre a política inclusiva de estudantes com deficiência inseridos na escola regular, com o propósito de identificar com essa educação vem acontecendo e se ela está preparada para incluir a todos.

No primeiro momento ocorrerá a contextualização histórica das políticas públicas inclusivas no Brasil e um levantamento bibliográfico a respeito das políticas públicas inclusivas que norteiam a rede municipal de ensino.

O método utilizado foi o descritivo e exploratório. Enquanto descritiva Duarte (2010) aponta que tal investigação objetiva “[...] descreve as características de uma população, de um fenômeno ou de uma experiência.” Nesse sentido, estabelece relações entre as variáveis no objetivo de estudo analisado. A mesma, autora traz como definição a pesquisa de cunho exploratório, como o próprio nome sugere, ocorrer uma sondagem, com vistas a aprimorar idéias, descobrir intuições e, posteriormente, construir hipóteses.

O instrumento que será utilizado na coleta dos dados trata-se de um questionário contendo cinco perguntas semi-estrutura, que serão aplicadas a professores polivalentes de ambas as turmas, aos gestores das escolas e membros da família, ou seja, pais ou responsáveis pelo aluno. Nisto, será possível responsável responder a problemática que norteia este estudo e compreender os desafios enfrentados na construção de uma escola efetivamente inclusiva.

V. CAMPO DE INVESTIGAÇÃO

Escolas públicas, estadual e municipal da cidade de Cabedelo e Lucena.

Nossa pesquisa realizou-se em quatro escolas públicas, situadas em Cabedelo (3) e Lucena (1).

Na Escola Municipal Paulino Siqueira, situada na Rua Siqueira Campos, s/n, no bairro de Camalaú, na cidade de Cabedelo, fomos informados que a escola funciona há 54 anos, com a Educação Infantil, Educação Fundamental I e Educação Fundamental II.

Conta hoje com 56 professores e 20 funcionários. Possui 16 salas de aula, com uma excelente estrutura, pois é um prédio de primeiro andar, com salas bastante amplas e arejadas. Ela possui 08 banheiros, sendo 02 para pessoas deficientes, ainda conta com laboratório de informática, biblioteca, pátio para recreação e sala de recurso. Não possui quadra de esportes e tem matriculado nos três turnos 700 (setecentos) alunos; atende 140 alunos com tempo integral através do Programa “Mais Educação”. Ainda oferece curso de Libras para comunidade, com o objetivo de proporcionar a interação da comunidade com os alunos.

A escola tem inserido em salas de aula regular 35 alunos que apresentam deficiências (surdos, autistas, intelectuais, síndrome de Down, cadeirante, mental, entre outros). Conta com o apoio da sala de recursos, para melhor desenvolver a aprendizagem dos educandos.

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Américo Falcão, situado na Avenida Américo Falcão, 868, Centro, no município de Lucena, funciona há 36 anos, com a Educação infantil, Educação Fundamental I e Educação Fundamental II.

Conta com 37 professores e 15 funcionários, possui 11 salas de aula, uma cozinha, um refeitório, sala de professores, quadra de esporte, laboratório de informática, pátio para recreação, biblioteca, sala de recurso e 08 banheiros, sendo um para pessoas deficientes.

A escola tem matriculado 800 alunos, distribuído nos três turnos. Inserem em salas de aula regular 16 alunos que apresentam deficiências (autistas, síndrome de Down, mental, entre outros). Ainda conta com o apoio das salas de recursos que auxiliam no aprendizado dos envolvidos no processo. Foi possível observar que a sala de recurso ainda não está organizada nos padrões determinados, pois há dificuldade de acesso para o aluno; não possui rampas para cadeirantes; a estrutura física é muito estreita para desenvolver algumas atividades para o melhor desenvolvimento do aluno.

28

Com o objetivo de promover a inclusão de todos, a escola desenvolve os seguintes projetos: Mais Educação, Arte na Escola, Brincando também se Aprende e Banda Marcial que muito tem contribuído para o desenvolvimento dos alunos.

A Escola Estadual de Ensino Fund. e Médio Prof^o Pedro Aníbal Moura, localizada na Rua Miramar, s/n, no bairro de Ponta de Mato, em Cabedelo, funciona há 35 anos com, a Educação Fundamental e o Ensino Médio. Conta com 42 professores e 16 funcionários, possui 08 salas de aulas, sendo uma sala de recursos, pátio, ginásio de esportes, laboratório de

informática, biblioteca, laboratório de ciências, cozinha, sala de professores, secretaria, 09 banheiros, sendo um para pessoas deficientes. Desenvolve vários projetos com o objetivo de promover o desenvolvimento e a inclusão de todos, são eles: o Projeto “Mais Educação”, que desenvolve diversas atividades como aulas de letramento, noções de informática, a hora na minha escola, aula de grafiteagem e aula de judô. Esse projeto atende o aluno com tempo integral na escola. Ainda é desenvolvido o Projeto Banda Marcial que incentiva o aluno da sala regular a obter notas significativas para poder participar do projeto.

Ainda promove como ações pedagógicas, aula de campo, caminhadas, viagens, palestras de profissionais de diversas áreas como psicólogos, dentistas e nutricionistas com o apoio da Prefeitura de Cabedelo.

A Escola Municipal Agripino José de Moraes, localizada na Rua: Antonio Paulino Serrano, s/n, no bairro de Jardim Manguinhos, em Cabedelo, funciona há 44 anos com o Ensino Fundamental. Conta com 08 professores e 10 funcionários, possui 04 salas de aula, 01 cozinha, 01 secretaria, 08 banheiros, sendo um banheiro para pessoas deficientes, não possui quadra de esportes, as atividades de Educação Física são realizadas na rua em frente à escola, não possui biblioteca, conta com uma sala de informática. Tem matriculados, hoje, 300 alunos, sendo 2 que apresentam deficiências mental. Não possui sala de recurso, por isso os mesmos recebem atendimento de acordo com o que o professor desenvolve na sala regular. Possui vários projetos com o objetivo de promover a inclusão social, como o Projeto Assistência Social e Cidadania, Cultura-Afro e Mais Educação.

5.1. ANÁLISE DOS DADOS

Analisaremos inicialmente o questionário aplicado junto aos professores das quatro escolas investigadas.

29

Com relação à questão 1, referente ao entendimento do professor sobre o processo de inclusão escolar, os professores responderam da seguinte forma:

Professor 1 e 2

Afirmam que entendem a inclusão como um “espaço e direito para pessoas com deficiência”.
--

O Professor 3

Afirma que a inclusão é “uma mudança na escola”.

O Professor 4

Explica que a inclusão é “uns com os outros e aprender de acordo com os seus limites ou até mesmo ultrapassá-los”.

De forma geral, percebemos que os professores procuram “embelezar” suas respostas, mas nem sempre é isso que acontece na realidade.

A questão 02, referente ao que a escola tem feito para garantir o acesso e a permanência do aluno com deficiência na escola, os professores responderam o seguinte:

O professor 1

Afirma que sua escola garante “acessibilidade, aceitação, salas de recursos, abertura para atendimento da Educação Inclusiva do Município”.

O professor 2

Explica que a escola “está aberta a matrícula do aluno com deficiência, mas não dispõe de recursos suficientes para auxiliar o professor em sala de aula”.

O professor 3

Afirma: “na minha escola os recursos são poucos para desenvolver o trabalho com esse tipo de deficiência”.

30

O professor 4

Explica que a escola:

“Sempre que detecta uma deficiência seja ela leve ou elevada procura ajuda da equipe de inclusão do município, uma vez que a escola não tem profissionais capacitados para desenvolver um trabalho específico ou até mesmo conteúdos formais que possam incluir esse tipo de aluno.”

Nesse caso observamos que as escolas garantem a matrícula, mas não preparam o espaço escolar e os professores para receber as pessoas com deficiência. Assim, a real inclusão não está acontecendo no âmbito educacional, pois, das quatro escolas pesquisadas, só uma apresenta ações que se pautam no processo de inclusão.

Na questão 3, referente aos recursos didáticos, oferecidos pela escola para atender os alunos com cegueira, surdos, com limitações físicas e motoras, com déficit intelectual, com autismo, as respostas foram as seguintes:

O professor 1

Afirma que nem todos os recursos atendem os alunos com deficiência, apesar que a maioria já vem sendo atendido pela FUNAD. Portanto, a escola ainda precisa de recursos e formação de profissionais para atender tais áreas.

O professor 2

Explica: “como a escola não disponibiliza materiais didáticos satisfatório complemento confeccionando jogos com material de sucata que venham contribuir para auxiliar o ensino aprendizagem”.

O professor 3 afirma:

“Como estou lidando pela primeira vez com um aluno assim, estou sentindo dificuldade, porem estou buscando meios para alcançar meus objetivos”.

O professor 4 afirma:

“Sempre que vou dar minhas aulas procuro dinamizá-las com materiais pedagógicos, que facilitem a aprendizagem de todos”.

Portanto, vemos que os professores têm consciência de que precisam fazer diferença nas aulas, dinamizar o processo e dispor de mais recursos.

A questão 5, referente a colaboração da comunidade escolar para o sucesso da inclusão, as respostas foram as seguintes:

O professor 1

Afirma que as famílias desenvolvem ações de “aceitação embora alguns não concordem”.

Quanto à direção

Diz que apresenta “aceitação, acessibilidade e diálogo com a família”.

Já no que se refere à equipe técnica, informa que “apresenta aceitação embora seja um desafio”. E os funcionários demonstram “carinho e cuidados”.

Ao analisar a postura dos alunos, fica evidente que para eles: “aceitação no princípio é difícil, mas depois, com muita conversa, eles tornam-se presentes até no cuidar”.

O professor 2 afirma:

“Quando recebi o aluno especial houve um choque das famílias. No início não permitam que os filhos brincassem com colega”.

Quanto à direção

Diz que a mesma “apóia, mas gostaria de ver mais envolvimento por parte deles”.

Ao analisar a postura dos funcionários, informa que os mesmos “dão atenção e carinho”. E a equipe técnica: “gostaria de ver mais ação por parte das técnicas”. Quanto aos alunos: “aos poucos foi acontecendo a sociabilidade”.

O professor 3

Afirma que as famílias “não aceitam a realidade”.

Quanto à direção

“As vezes não me ajuda, se comporta indiferente”.

32

Ao analisar a equipe técnica, diz que a escola dispõe de equipe técnica que apóia no que pode. Já os funcionários: “demonstram carinho”. E os colegas de sala: “aos poucos vão se socializando com os demais”.

O professor 4 explica:

“Sempre que os pais dos alunos são convocados a escola eles vêm”.

A direção

“Sempre procura informar-se sobre a aprendizagem de todos”.

A equipe técnica “sempre está presente com os professores, buscando meios que ajudem no aprendizado”, enquanto os alunos, “sempre estão sendo acompanhados pelos professores e equipe técnica”.

Estas respostas nos levam a entender que as escolas ainda não estão preparadas para receber o processo de inclusão, pois as atitudes dos professores mostram o despreparo e a falta de estrutura em algumas escolas para receber a diversidade. De modo geral, eles percebem a necessidade, mas não dispõem de auxílio suficiente para ajudá-los.

Para se trabalhar com a diversidade é necessário que a escola faça adequações em seus currículos, métodos, técnicas e recursos educativos para atender as deficiências, pois não adianta o agrupamento das crianças na escola regular, se esta não atende às suas verdadeiras necessidades.

Pois segundo Santiago (2011), as escolas precisam ser reestruturadas para acolher todo espectro da diversidade humana representado pelo alunado em potencial, ou seja, pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas e com qualquer grau de severidade dessas deficiências, pessoas sem deficiências e pessoas com outras características atípicas, etc. É o sistema educacional adaptando-se as necessidades de seus alunos (escola inclusivas), mais do que os alunos adaptando-se ao sistema educacional.

A exclusão comprovada na história parece acompanhar as pessoas com deficiência nos dias de hoje, só que de uma maneira diferente. Defende-se o ingresso de pessoas com deficiência na escola regular, mas não se dá condições de aprendizagem para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões obtidas após este estudo nos levam a perceber que há movimentos e leis tentando colocar a escola em outra direção em relação às pessoas com deficiência, porém, é preciso que a sociedade liberte-se dos preconceitos produzidos ao longo do tempo.

Reconhecer as deficiências como fato real, torna mais fácil um relacionamento real. É preciso que as escolas assumam que as diferenças humanas são normais e a aprendizagem seja adaptada às necessidades da criança, ao invés de exigir a adaptação da criança às condições preconcebidas, aos regimentos internos, respeitando o ritmo e a natureza do processo de aprendizagem, pois o que mais vem prejudicando o processo de inclusão escolar é a distância entre o discurso e a prática desenvolvida no contexto escolar.

Este desafio precisa passar pela compreensão de todos aqueles que entendem a educação como um direito. As dificuldades e realizações que vivenciamos em sala de aula com crianças com deficiência despertam o interesse de relatar essa situação por que a inquietação mobiliza os sujeitos a buscar as alternativas de mudança. Investigar, pesquisar, estudar, observar, nos faz compreender por que ainda estamos tão distantes de efetivar a inclusão na escola. Mas não podemos nos satisfazer com isso.

Na realização desta pesquisa, observamos a falta de preparo de algumas escolas que se dizem abertas para o processo de inclusão, desde os depoimentos dos professores até as práticas desenvolvidas em sala de aula. As dificuldades são muitas desde a falta de material didático, problemas com acessibilidade, realização de um planejamento organizado pela equipe técnica que possibilite a inclusão de todos.

Pois segundo depoimentos de alguns professores os procedimentos que são demonstrados no ambiente escolar e que dificulta o desenvolvimento do processo de inclusão esses comportamentos são demonstrados por parte de pais de alunos, “ditos normais”, por parte dos colegas de sala de aula e demais funcionários da escola.

O professor é visto como o responsável, o único agente dessa transformação, mas os métodos para essa mudança precisa da ação de todos.

Não basta que o professor mude seu medo de ensinar ou de avaliar. Ele tem de ser apoiado, trabalhar em equipe, poder fazer perguntas, dar sugestões, encontrar diretrizes consistentes nas políticas públicas e nos projetos curriculares.

Ao nos especializar somos chamados a mudar a realidade. Mas, esta realidade é histórica e cruel. Sentimos que nossa participação em vários cursos oferecidos por instituições

especializados ajudam no sentido de modificar as práticas na escola, junto aos alunos com deficiência. Mas, não é possível que se coloque na mão do professor toda a responsabilidade pela inclusão. Toda a equipe escolar precisa sentir-se responsabilizada pelo sucesso daquelas crianças. Mas como obter sucesso se a escola não está preparada para receber as diferenças?

Quando toda a escola se mobiliza, os resultados obtidos são maravilhosos e cada vez que o educador vê uma criança com deficiência avançar, vencer mais um obstáculo, é fantástico.

Enfim, entendo que estamos passando por um momento de mudanças na luta pela construção ao respeito com as pessoas com deficiência, mas será preciso repensar um conjunto de atitudes que apontem novos rumos educacionais e de conscientização por parte de todos que constituem a escola; sabemos que este é o grande desafio: modificar atitudes sociais. Acreditamos que o futuro possa nos dar essa resposta para que seja possível a apropriação de benefício a todos os brasileiros.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Clovis de Faria. **Introdução ao estudo da deficiência mental**. 2. ed. Minas Gerais, Publicação da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais. 229 p., 1967.

ARAÚJO, Sônia Maria Duarte de. **Elementos para se pensar a educação dos indivíduos cegos no Brasil**: a história do Instituto Benjamim Constant. (Dissertação Mestrado), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro. 1993.

CHAIA, Josefina. **A educação brasileira: índice sistemático da legislação (1808/1889)**. F. F. de Marília, 2 vol., 558 p., 1963.

HOLANDA, S. B. (dir) **História geral da civilização brasileira. O Brasil Monárquico**: reações e transações. 3 ed. rev. São Paulo/Rio de Janeiro, Difel, 1976.

JANNUZZI, Gilberta. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

MARCILIO, M. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil, 1726-1950. N. Freitas, M. C. (org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo, Cortez/EDUSF, 1997.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Constituição Federal**, artigo 205, 1988.

_____. **Constituição Federal**, 1824.

_____. **Convenção de Guatemala**, 1999.

_____. **Declaração dos Direitos de Todos**, 1948.

_____. **Declaração de Salamanca**, 1994.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 1990.

_____. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 4.024, 1961.

_____. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, 1996.

_____. **Política Nacional de Educação Especial**, 1994.

36

MESGRAVIS, L. **A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo**. Conselho Estadual de Cultura, 1976.

MINISTÉRIO DO TRABALHO / **Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional** – Planfor. Plano Nacional de Educação Profissional. Termos de referência do programa de educação profissional. Brasília, Ministério do Trabalho, 1996.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva – Contextos Sociais**. Porto Alegre: Editora Atmed, 2000.

MOTA, Myrian, Becho, Patrícia Ramos Braick. **História das cavernas ao terceiro milênio**. 1ª ed. – São Paulo: Moderna, 2005.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos (2000). **História da Educação brasileira: a organização escolar**. Campinas, Autores Associados.

SANTIAGO, Sandra. **A história da pessoa com deficiência: aspectos socioeconômicos, religiosos e educacionais**. João Pessoa, Editora Universitária da UFPB, 2011.

SOGGIN, J. A. **Storia d' Israeli**. Bresci: Paidéia, 1984.

SOUZA, Eloisa Godinho. **Surdez e significado social**. São Paulo: Cortez, 1992.

VIOTTE DA COSTA, Emillia (1979). **Da Monarquia a República (momentos decisivos)**. 2ª ed. São Paulo, LIV. Ed. Ciências Humanas Ltda. 326 p.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro. WVA, 1997.

XAVIER, Maria Elizabeth S. P. (1980). **Poder político e educação da elite**. São Paulo, Cortez/Autores Associados.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Modelo de questionário aplicado aos professores das escolas pesquisadas

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de História.

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES

Pesquisa:

- A proposta da Educação Inclusiva, vem dando um novo aspecto a educação, visando um olhar diferenciado sobre a diversidade. Baseado nesta realidade, venho propor uma reflexão como essa educação vem acontecendo nas nossas escolas, se elas estão realmente preparadas para incluir.

01_ Como você entende o processo de Inclusão escolar ?

02_ O que sua escola tem feito para garantir o acesso e a permanência do aluno portador de deficiência ?

03_ Os recursos didáticos, oferecidos pela escola, atende a todas as necessidades em sala de aula ?

04_ Que procedimentos pedagógicos você tem adotado na sala de aula para tornar a aprendizagem satisfatória?

05_ De que forma, as famílias tem colaborado para o sucesso da inclusão na sua escola?